

CRESCIMENTO PRÓ-POBRE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DAS CAPITAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS

Guilherme Mendes Resende*
Daniel Da Mata*
Alexandre Xavier Ywata Carvalho**

RESUMO

O presente trabalho visa a fornecer evidências sobre o perfil de crescimento do sistema urbano do Brasil, representado no presente caso pelas capitais dos estados brasileiros. Por perfil de crescimento, entende-se o quanto o crescimento econômico favoreceu o crescimento de renda da parcela menos abastada da população. Neste contexto, o conceito de crescimento pró-pobre é o utilizado. O crescimento econômico é tido como pró-pobre se houve um aumento da renda dos mais pobres acima da elevação da renda média. Um crescimento econômico do tipo pró-pobre pode ser visto como um instrumento efetivo de distribuição de renda e de redução da pobreza. Os resultados apontam que nenhuma capital estadual apresentou um crescimento do tipo pró-pobre. Isto mostra o padrão perverso de crescimento do Brasil, em que regiões que englobam a maioria da população estão apresentando um crescimento que aumenta desigualdade de renda ou, ainda pior, uma situação de crescimento médio que muitas vezes empobrece as camadas mais pobres da população.

1 INTRODUÇÃO

Crescimento econômico é o objetivo precípua de diversas políticas públicas. No entanto, experiências e evidências empíricas apontam que nem sempre o crescimento econômico ocorre concomitantemente a uma melhor distribuição de renda. Ao contrário, o crescimento de algumas nações vem acompanhado de uma piora da distribuição de ativos e, como resultado, do acesso a oportunidades.

* Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Ipea.

** Coordenador de Estudos Espaciais da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Ipea.

O aumento do bem-estar agregado e a geração de renda e emprego devem atingir toda a parcela da população. Este é o argumento central por trás da concepção e melhoramento de políticas, porém nem sempre posto em prática e/ou alcançado. Em algumas regiões o crescimento acompanhado pela distribuição de renda é ainda mais decisivo. A título de ilustração, a região Nordeste possui, aproximadamente, um quarto da população brasileira e 50% dos pobres do Brasil. Neste cenário, o crescimento econômico com a redução da desigualdade de renda acarretaria benefícios amplificados. A instabilidade social presente em muitas regiões do Brasil seria atenuada via um crescimento com qualidade.

Este trabalho visa a fornecer evidências sobre o perfil de crescimento do sistema urbano do Brasil, representado no presente caso pelas capitais dos estados brasileiros. Por perfil de crescimento entende-se o quanto o crescimento econômico favoreceu o crescimento de renda da parcela menos abastada da população. Neste contexto, o conceito de crescimento pró-pobre é o utilizado. O crescimento econômico é tido como pró-pobre se houver um aumento da renda dos mais pobres acima da elevação da renda média (SON, 2004). Um crescimento econômico do tipo pró-pobre pode ser visto como um instrumento efetivo de distribuição de renda e de redução da pobreza.

Divide-se o crescimento pró-pobre em quatro categorias: *i*) pró-pobre, em que o crescimento da renda domiciliar *per capita* média dos pobres é superior ao aumento da renda domiciliar *per capita* média; *ii*) não pró-pobre, em que o aumento da renda da população menos abastada dá-se a uma taxa inferior ao crescimento da renda média; *iii*) empobrecedor, em que um crescimento econômico positivo é acompanhado por uma redução na renda *per capita* média dos pobres; e *iv*) inconclusivo, *i.e.*, um padrão de crescimento econômico que não se enquadra em nenhuma das três categorias apresentadas anteriormente. A terceira seção do trabalho proporciona mais pormenores sobre as classificações e definições adotadas.

O período a ser estudado compreende a década de 1990. Para tanto, utilizaram-se dados dos Censos Populacionais de 1991 e 2000, assim como tabulações do Atlas de Desenvolvimento Econômico (IPEA; PNUD; FJP, 2002). No que concerne à performance de crescimento subnacional, qual o perfil do crescimento das capitais dos estados do Brasil durante a década de 1990?

Os resultados apontam que nenhuma capital estadual apresentou um crescimento do tipo pró-pobre. Isso mostra o padrão perverso de crescimento do Brasil, em que regiões que englobam a maioria da população estão apresentando um crescimento que aumenta a desigualdade de renda ou, ainda pior, um crescimento médio que empobrece as camadas mais pobres da população (isto é, um crescimento do tipo empobrecedor).

O trabalho está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda parte apresenta alguns fatos estilizados sobre crescimento e distribuição de renda no Brasil, assim como uma revisão da literatura do tema. A terceira seção explicita a metodologia do cálculo do crescimento pró-pobre. A quarta seção versa sobre os resultados obtidos. Por fim, apresentam-se as conclusões do trabalho na quinta seção.

2 DINÂMICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E A EVOLUÇÃO DA POBREZA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS ENTRE 1991 E 2000

Nesta seção são discutidas questões referentes à evolução da pobreza, à desigualdade de renda e aos diferenciais nas taxas de crescimento econômico das capitais dos estados brasileiros no período 1991-2000. A análise é empreendida tendo como área de análise as 27 capitais do Brasil, além de números agregados para as regiões brasileiras.

Como já salientado na introdução, o foco deste artigo busca captar a relação entre crescimento econômico e seus benefícios para os indivíduos em diferentes condições econômicas. Cabe aqui salientar que a análise a ser desenvolvida privilegia a pobreza do ponto de vista da renda. Embora a pobreza seja, reconhecidamente, uma síndrome multidimensional caracterizada por carências diversas, a abordagem da renda é essencial para caracterizar pobreza no contexto de uma sociedade moderna que apresenta o grau de complexidade urbana como a das capitais estaduais. Na verdade, em sociedades deste tipo, a maioria das necessidades no âmbito do consumo privado são atendidas pelo mercado, estando o nível de bem-estar estreitamente associado ao nível de renda (ROCHA, 1995). Utilizar a abordagem da renda implica recorrer a um parâmetro de valor, a linha de pobreza, para distinguir pobres de não-pobres no conjunto da população: pobres são aqueles cuja renda domiciliar *per capita* é inferior ao valor da linha de pobreza relevante para determinado tempo e local; não-pobres são os demais.¹ A escolha das linhas de pobreza utilizadas nesta seção explica-se pelo objetivo de manter a mesma fonte de dados em relação àquela obtida para o crescimento da renda *per capita*, qual seja, os Censos Demográficos de 1991 e 2000. Essa fonte, também, permitiu uma desagregação espacial em nível municipal, que é o foco deste artigo.

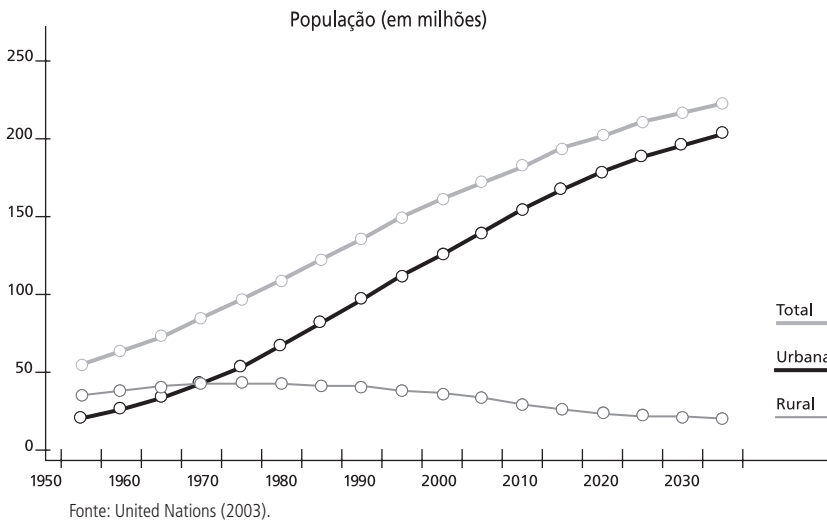
Em relação à opção de se analisar a pobreza urbana, mais especificamente a das capitais dos estados brasileiros, salienta-se a grande concentração de pessoas nessas áreas urbanas e um grande crescimento populacional na última década. Em 2000, a população das 27 capitais estaduais² estava em torno de 40,5 milhões

1. A definição de uma linha de pobreza foi utilizada apenas para as análises empreendidas nesta seção. Já na seção 3, o resultado de crescimento pró-pobre é válido para toda a classe de medidas de pobreza e todas as linhas de pobreza.

2. Em 2000, o Brasil tinha 5.507 municípios.

de pessoas, cerca de 24% da população brasileira. Atualmente, cerca de 80% da população brasileira vivem em áreas urbanas, contra 56% em 1970. De acordo com estimativas das Nações Unidas, apresentadas na figura 1, a totalidade do crescimento populacional que ocorrerá nas próximas três décadas será nas cidades, quando a taxa de urbanização esperada do país excederá 90%. Esse fenômeno adicionará aproximadamente 63 milhões de pessoas às cidades brasileiras e a população total do país será de 200 milhões (DA MATA *et al.*, 2005).

FIGURA 1
População brasileira e projeções



Ademais, a década de 1990 apresentou um expressivo crescimento populacional na maioria das capitais dos estados brasileiros. Na tabela 1 é evidenciada a taxa anual de crescimento populacional das 27 capitais estaduais e do Brasil entre 1991 e 2000. Pode-se apreender que as seis capitais com maior crescimento populacional no período em análise pertencem à região Norte. Das 27 capitais, 21 apresentaram um crescimento populacional superior ao crescimento populacional do Brasil, que foi de 1,62% ao ano.

No que concerne à pobreza, do ponto de vista da renda, o início da década de 1990 dá continuidade à estagnação verificada no final da de 1980 (ROCHA, 2005). No final do ano de 1993, apesar da inflação alta, já havia indícios inequívocos de retomada do nível de atividade. No entanto, foi o Plano Real que estabeleceu uma fronteira clara quando se trata de analisar a evolução da pobreza ao longo da década. Seus efeitos marcaram profundamente a sociedade e a economia brasileira nos seus múltiplos aspectos – de imediato, uma significativa queda na incidência de pobreza. É possível, portanto, destacar dois fatos básicos de acordo

com Rocha (2005): o primeiro desempenhado pela estabilização como fronteira entre dois patamares distintos de incidência de pobreza no Brasil; o segundo tem relação com a redução da pobreza rural no país, seja devido à queda sustentada da incidência de pobreza nessa área, seja devido aos avanços da urbanização.³

TABELA 1
Crescimento populacional das capitais estaduais entre 1991 e 2000

Município	Região	Taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 2000
Palmas	Norte	14,25%
Macapá	Norte	5,78%
Boa Vista	Norte	4,10%
Manaus	Norte	3,66%
Porto Velho	Norte	3,62%
Rio Branco	Norte	3,51%
São Luís	Nordeste	2,96%
Brasília	Centro-Oeste	2,75%
Maceió	Nordeste	2,64%
Campo Grande	Centro-Oeste	2,58%
Fortaleza	Nordeste	2,13%
Curitiba	Sul	2,09%
João Pessoa	Nordeste	2,04%
Cuiabá	Centro-Oeste	2,03%
Teresina	Nordeste	1,99%
Goiânia	Centro-Oeste	1,92%
Belém	Norte	1,84%
Salvador	Nordeste	1,80%
Natal	Nordeste	1,77%
Aracaju	Nordeste	1,53%
Vitória	Sudeste	1,35%
Belo Horizonte	Sudeste	1,14%
Porto Alegre	Sul	0,93%
Recife	Nordeste	0,92%
Rio de Janeiro	Sudeste	0,74%
Brasil	-	1,62%

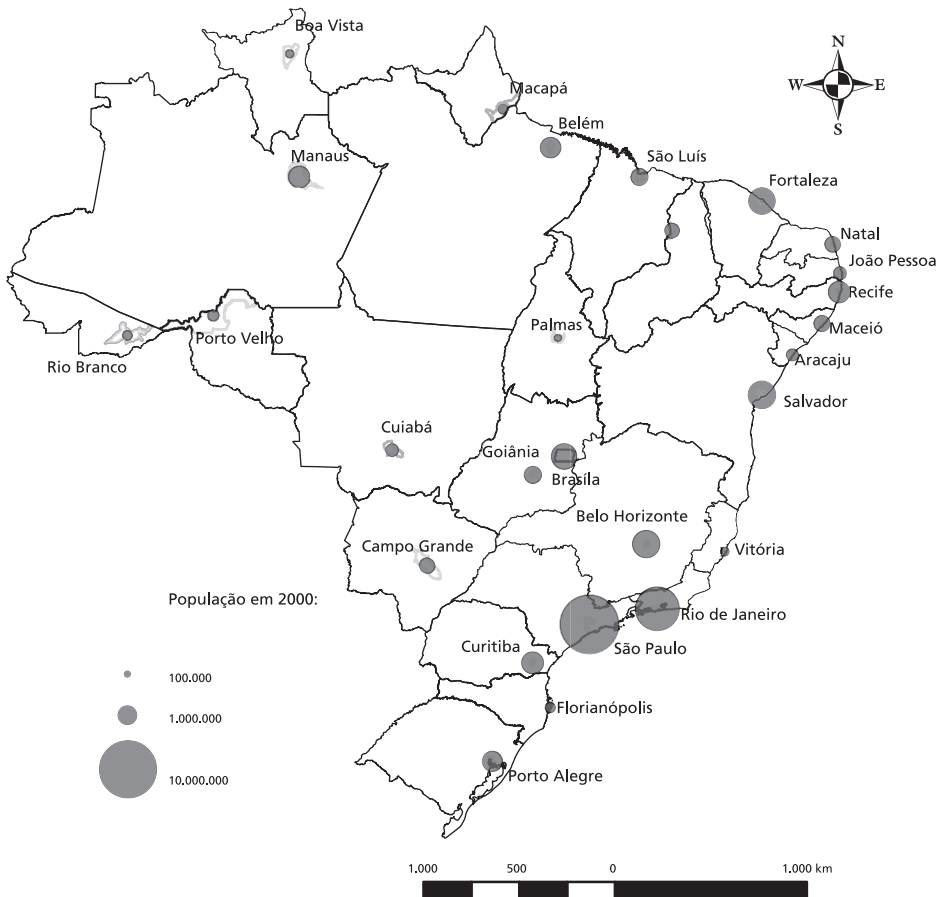
Fonte: Censos 1991 e 2000 (IBGE).

Com o intuito de analisar questões relativas à pobreza, crescimento econômico e desigualdade de renda entre as regiões e capitais estaduais são evidenciadas algumas estatísticas relevantes. Inicialmente, no mapa 1, evidenciam-se as capitais dos estados brasileiros e seus respectivos contingentes populacionais em 2000. Ano em que, a população que vivia nas capitais estaduais estava em torno de 40,5 milhões de pessoas, cerca de 24% da população brasileira. Como se pode verificar, a cidade de São Paulo é a mais populosa, com cerca de 10 milhões e 434 mil habitantes. Já a capital de Tocantins, Palmas, tem a menor população entre as capitais, cerca de 137 mil habitantes.

3. Para uma análise mais detalhada da pobreza no Brasil na década de 1990, ver Rocha (2005, cap. 5).

Em 2000, o Brasil tinha cerca de 32,9% de sua população em estado de pobreza. A região Sudeste apresenta o menor percentual de pobres (19,7%) e a região Nordeste o maior (56,7%). Em números absolutos, a região Sudeste teve o segundo maior número de pobres do país, cerca de 14 milhões e 265 mil pobres. Já a região Nordeste teve em torno de 27 milhões e 70 mil pobres.

MAPA 1

População das capitais estaduais em 2000

	Capital	População em 2000
Norte	Belém (PA)	1.280.614
	Boa Vista (RR)	200.568
	Macapá (AP)	283.308
	Manaus (AM)	1.405.835
	Palmas (TO)	137.355
	Porto Velho (RO)	334.661
	Rio Branco (AC)	253.059
Nordeste	Aracaju (SE)	461.534
	Fortaleza (CE)	2.141.402
	João Pessoa (PB)	597.934
	Maceió (AL)	797.759
	Natal (RN)	712.317
	Recife (PE)	1.422.905
	Salvador (BA)	2.443.107
	São Luís (MA)	870.028
Teresina (PI)	715.360	
Sudeste	Belo Horizonte (MG)	2.238.526
	Rio de Janeiro (RJ)	5.857.904
	São Paulo (SP)	10.434.252
	Vitória (ES)	292.304
Sul	Curitiba (PR)	1.587.315
	Florianópolis (SC)	342.315
	Porto Alegre (RS)	1.360.590
Centro-Oeste	Brasília (DF)	2.051.146
	Campo Grande (MS)	663.621
	Cuiabá (MT)	483.346
	Goiânia (GO)	1.093.007

Elaboração dos autores a partir de dados do Censo Demográfico de 2000.

Em relação às capitais estaduais é possível verificar situações bastante diversas. Em 2000, a pobreza atingia cerca de 40% da população de São Luís e apenas 7,5% das pessoas em Florianópolis. Se for analisada a relação entre crescimento da renda *per capita* e redução da pobreza, também identificam-se situações bem distintas. Existem capitais (Manaus e Boa Vista, por exemplo) em que, no período 1991-2000, houve decréscimo ou baixo crescimento da renda *per capita*. Nesses casos, os percentuais de pobreza permaneceram praticamente estáveis ou tiveram uma elevação. Outra situação verificada foi aquela que, mesmo com uma taxa de crescimento positiva da renda *per capita*, verificou-se uma elevação da pobreza (Maceió e São Paulo). Outro caso digno de nota é a intensidade da pobreza nordestina, visto que, para uma mesma taxa de crescimento econômico, o Nordeste apresentou uma menor redução no percentual de pobres.⁴ Silveira Neto (2005) salienta que essa rigidez da região nordestina com respeito à redução da

4. Para uma taxa anual de crescimento da renda *per capita* de 3,4% para o Nordeste e de 3,8% para o Sul, essas regiões apresentaram uma taxa anual de redução do percentual de pobres de cerca de -1,9% (redução de 67,1% para 56,7%) e -4,5% (redução de 30,8% para 20,5%), respectivamente.

pobreza pode ser explicada, ao menos em parte, pelos níveis bastante intensos da pobreza (pobres distantes da renda correspondente àquela da linha de pobreza) verificados, o que exigiria taxas bastante elevadas de crescimento para diminuição dos níveis de pobreza.

Na tabela 2, são apresentados alguns indicadores de pobreza, desigualdade de renda e crescimento econômico para as capitais e regiões do Brasil. Ainda que possa sobrestimar os níveis de pobreza de alguma região brasileira, onde a pobreza é predominantemente rural (por exemplo, o Nordeste brasileiro) em virtude da utilização de linhas de pobreza e indigência comuns, os valores permitem verificar os maiores percentuais de indigentes⁵ e pobres⁶ presentes nas regiões Norte e Nordeste se comparado com as outras regiões da federação.⁷ Os maiores percentuais de indigentes e pobres, também, são verificados nas capitais dessas duas regiões.

Outro fato para se analisar é a evolução da desigualdade de renda no período 1991-2000. Barros, Henriques e Mendonça (2000) afirmam que a desigualdade, em particular a desigualdade de renda, é tão parte da história brasileira que adquire fórum de coisa natural. Além disso, argumentam que o extremo grau de desigualdade distributiva representa o principal determinante da pobreza no Brasil e que, apesar das diversas transformações e flutuações macroeconômicas ocorridas no período, a desigualdade exibiu uma estabilidade surpreendente. No gráfico 1 apresenta-se um indicador de desigualdade de renda para as capitais estaduais e para o Brasil como um todo, o índice de Gini.⁸ Em relação ao Brasil, a desigualdade de renda aumentou entre 1991 e 2000, visto que o índice de Gini aumentou de 0,634 para 0,645.

Se for analisada a evolução da desigualdade de renda nas capitais estaduais, observa-se que em todas as 27 capitais houve elevações na desigualdade de renda. Entretanto, esses incrementos na desigualdade de renda vieram acompanhados de diferentes performances das taxas de crescimento da renda *per capita*. Por exemplo, em Belo Horizonte e em São Luís, onde se verificam taxas anuais de crescimento da renda *per capita* de cerca de 3,3% entre 1991-2000, acompanharam-se elevações bem distintas do índice de Gini, de 0,61 para 0,62 para Belo Horizonte e de 0,61 para 0,65 para São Luís. Já Manaus, onde a taxa de crescimento da renda *per capita* foi negativa, apresentou a maior elevação do índice de

5. Linha de indigência: percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 37,75 (equivalente a ¼ do salário mínimo de agosto de 2000).

6. Linha de pobreza: percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 75,50 (equivalente a ½ salário mínimo de agosto de 2000).

7. Rocha (2005), utilizando linhas de pobreza derivadas da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) para as cinco regiões brasileiras em 2001 (dados Pnad/IBGE), chega aos seguintes resultados: Brasil (35% de pobres), Norte (40,5%), Nordeste (50,8%), Sudeste (29,5%), Sul (17,9%) e Centro-Oeste (37,8%).

8. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos têm o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

TABELA 2
Pobreza e taxa de crescimento da renda *per capita* nas capitais e regiões do Brasil (1991 a 2000)

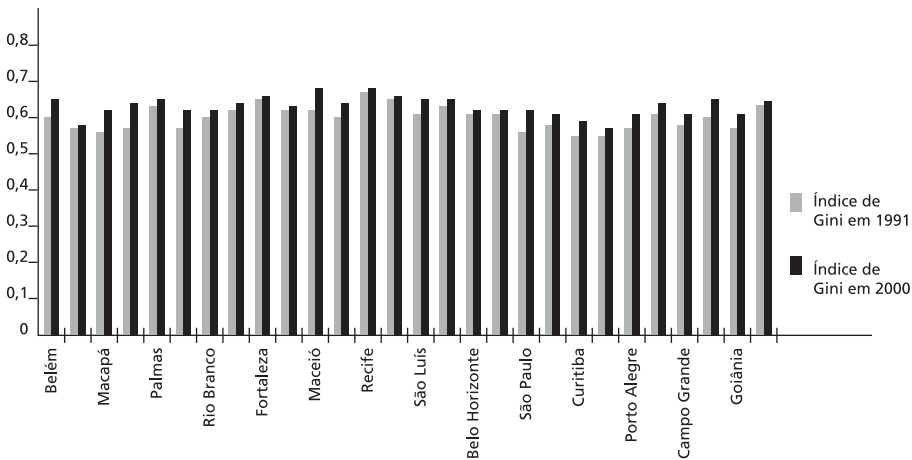
Município	Renda <i>per capita</i> 1991	Renda <i>per capita</i> 2000	Tx. de cres. anual da renda <i>per capita</i>	% de indigentes 1991	% de indigentes 2000	% de pobres 1991	% de pobres 2000	População 1991	População 2000
Belém	271,0	313,9	1,6%	10,1	11,9	29,2	30,0	1.084.996	1.280.614
Boa Vista	291,5	299,4	0,3%	9,1	9,3	24,3	24,8	138.687	200.568
Macapá	233,5	253,6	0,9%	10,7	16,5	29,1	35,4	168.414	283.308
Manaus	276,9	262,4	-0,6%	8,05	16,5	23,5	35,1	1.011.501	1.405.835
Palmas	233,0	358,0	4,8%	13,2	9,5	40,9	24,3	137.355	137.355
Porto Velho	246,8	305,2	2,4%	9,6	11,7	28,2	28,6	241.662	334.661
Rio Branco	219,5	264,43	2,1%	14,9	14,0	35,4	32,0	184.481	253.059
Norte	154,4	180,8	1,75%	27,1	26,3	52,6	49,3	10.030.556	12.900.704
Aracaju	263,00	352,7	3,3%	14,3	12,8	34,5	29,6	402.341	461.534
Fortaleza	235,7	306,7	2,9%	17,3	13,6	41,3	33,3	1.768.637	2.141.402
João Pessoa	247,5	334,7	3,4%	14,4	10,4	36,9	27,6	497.600	597.934
Maceló	231,8	283,0	2,2%	16,0	18,3	38,4	38,8	629.041	797.759
Natal	256,3	339,9	3,1%	11,9	11,0	32,9	28,7	607.330	712.317
Recife	303,1	392,4	2,9%	17,5	13,5	38,3	31,5	1.310.259	1.422.905
Salvador	289,3	341,3	1,8%	15,0	13,4	35,2	30,7	2.077.256	2.443.107
São Luís	189,4	252,1	3,2%	18,9	17,1	43,7	39,8	666.433	870.028
Teresina	177,2	250,6	3,9%	23,1	16,2	50,7	39,4	598.114	715.360
Nordeste	114,5	154,9	3,36%	40,6	32,3	67,1	56,7	42.497.540	47.741.711
Belo Horizonte	414,9	557,4	3,3%	6,1	4,9	18,8	14,1	2.020.161	2.238.526
Rio de Janeiro	454,9	596,6	3,0%	5,6	5,7	16,3	13,3	5.480.768	5.857.904
São Paulo	536,2	610,0	1,4%	3,0	5,6	8,0	12,0	9.649.519	10.434.252
Vitória	450,8	667,6	4,4%	5,7	5,5	17,4	13,8	258.777	292.304
Sudeste	313,1	389,4	2,42%	9,6	8,2	24,3	19,7	62.740.401	72.412.411
Curitiba	451,0	619,8	3,5%	2,4	3,5	9,3	9,1	1.315.035	1.587.315
Florianópolis	478,9	701,4	4,2%	3,4	2,9	10,7	7,5	258.383	342.315
Porto Alegre	525,2	709,8	3,3%	3,2	4,3	11,0	11,3	1.251.898	1.360.590
Sul	242,0	342,0	3,84%	12,1	7,9	30,8	20,5	22.129.377	25.107.616
Brasília	472,2	605,4	2,8%	5,1	6,1	16,7	16,1	1.601.094	2.051.146
Campo Grande	323,1	394,7	2,2%	4,3	6,12	19,2	18,6	526.126	663.621
Cuiabá	311,0	442,1	3,9%	7,1	6,61	23,3	18,8	402.813	483.346
Goiânia	359,2	508,3	3,9%	4,1	4,06	16,0	12,3	919.823	1.093.007
Centro-Oeste	256,6	343,0	3,22%	12	9,7	32,7	25,4	9.427.601	11.636.728
Brasil	230,4	297,4	2,83%	20,3	16,4	40,1	32,9	146.825.475	169.799.170

Elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Obs.: Linhas de pobreza e indigência de R\$ 75,50 (equivalente a 1/2 salário mínimo de agosto de 2000) e R\$ 37,75 (equivalente a 1/4 do salário mínimo de agosto de 2000), respectivamente.

Gini, que passou de 0,57, em 1991, para 0,64, em 2000. Enquanto que em Boa Vista, onde o crescimento da renda *per capita* ficou próximo de zero, houve o menor aumento da desigualdade de renda, que passou de 0,57 para 0,58. Assim, a análise descritiva das capitais dos estados brasileiros aponta que a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda não é clara.⁹

GRÁFICO 1
Índice de Gini (indicador de desigualdade de renda) das capitais (1991 e 2000)



Elaboração dos autores a partir de dados estaduais do Atlas de Desenvolvimento Humano.

Como pode ser percebido nas tabelas 2 e 3, embora o crescimento da renda *per capita* da região Nordeste (taxa anual de crescimento da renda *per capita* de 3,36% no período 1991-2000) ter sido mais vigoroso que aquele apresentado pelo Brasil como um todo (2,83%), não foi suficiente para eliminar sua sobre-representação no total de pobres do Brasil, obtida do cálculo entre a participação da população da região na população do Brasil e a participação dos pobres da região no total de pobres do Brasil. Duas regiões, Nordeste e Norte, apresentaram sobre-representações no total de pobres do Brasil. Por exemplo, em 2000, a região Nordeste tinha 28,1% da população brasileira e cerca de 48,5% dos pobres do Brasil. Entre 1991 e 2000, tal sobre-representação se manteve praticamente estável.

No gráfico 2 pode-se observar a participação das capitais estaduais no número de pobres e na população total das capitais. Vale ressaltar que, em 2000, a população das capitais somava cerca de 40,5 milhões de habitantes e 8 milhões desses eram pobres. Enfatizam-se, novamente, as sobre-representações no total de

9. Uma evidência empírica comum na literatura recente é que alterações na desigualdade dos países têm praticamente correlação zero com as taxas de crescimento econômico. Ver, por exemplo, Ravallion e Chen (1997), Ravallion (2001) e Dollar e Kraay (2002).

pobres das capitais do Norte e do Nordeste. Por sua vez, as capitais do Sudeste, Sul e Centro-Oeste estão sub-representadas no total de pobres das capitais.

TABELA 3

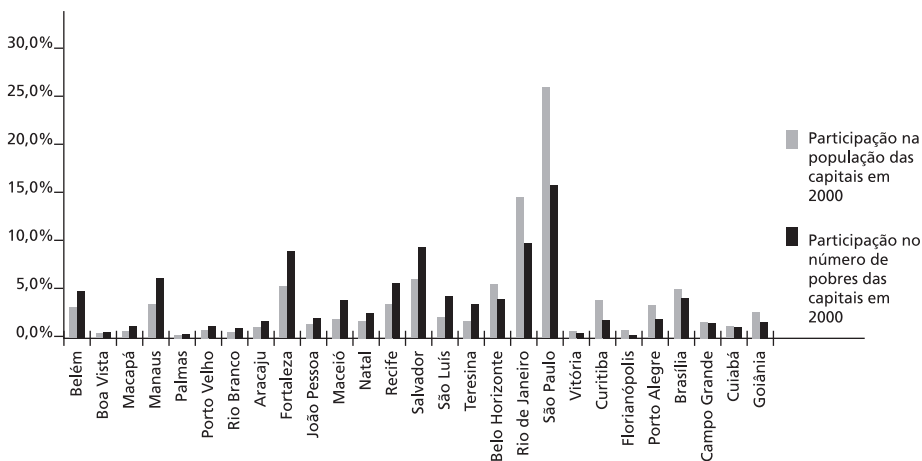
Participação das regiões do Brasil no número de pobres e na população do país (%)

Região	1991		2000	
	Participação no número de pobres	Participação na população	Participação no número de pobres	Participação na população
Norte	9,0%	6,8%	11,4%	7,6%
Nordeste	48,4%	28,9%	48,5%	28,1%
Sudeste	25,8%	42,7%	25,6%	42,6%
Sul	11,6%	15,1%	9,2%	14,8%
Centro-Oeste	5,2%	6,4%	5,3%	6,9%
Total	100,0%	100,0%	100%	100%

Elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

GRÁFICO 2

Participação das capitais do Brasil na população e no número de pobres das capitais (%)



Elaboração dos autores a partir de dados do Censo Demográfico de 2000.

A partir dessas evidências podem-se fazer ao menos duas considerações sobre a relação crescimento econômico e pobreza no Brasil. Seguindo o argumento de Silveira Neto (2005), a rigidez em relação à redução da pobreza pode ser explicada, em parte, pelos níveis bastante intensos da pobreza (pobres distantes da renda correspondente àquela da linha de pobreza) verificados em algumas regiões (por exemplo, determinadas capitais nordestinas), o que exigiria taxas bastante elevadas de crescimento para diminuição dos níveis de pobreza. Entretanto, é importante considerar outra possibilidade: o relativo menor impacto do crescimento econômico

na renda dos mais pobres. Assim, a estratégia de redução da pobreza solicita o crescimento da renda *per capita* ou a distribuição mais igualitária da renda. Uma combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e diminuam a desigualdade, em princípio, aparenta conceder maior eficácia e velocidade ao processo de combate à pobreza (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). As seções seguintes do trabalho investigam em que medida os pobres se beneficiam em relação ao crescimento da renda *per capita*, em outras palavras, se o crescimento econômico tem sido ou não pró-pobre.

3 METODOLOGIA

Após a descrição, na seção anterior, das condições de pobreza, desigualdade de renda e crescimento econômico no período 1991-2000, empreende-se nesta seção a descrição da metodologia para caracterizar o crescimento pró-pobre. Entretanto, quando o crescimento é considerado pró-pobre? Para o crescimento econômico ser considerado pró-pobre é necessário que a porção da renda da população menos abastada aumente em um determinado padrão de crescimento. Mais especificamente, para o crescimento ser considerado pró-pobre, a taxa de crescimento da renda dos pobres tem de ser maior que a taxa de crescimento da renda da população como um todo (WHITE; ANDERSON, 2000; KAKWANI; PERNIA, 2000).¹⁰ Nessa definição, o crescimento pró-pobre está diretamente associado a uma diminuição na desigualdade de renda.¹¹ Ressalta-se a importância dessa definição, visto que a última leva em conta, diretamente, a questão da desigualdade de renda em busca da redução da pobreza. Em um país onde a desigualdade de renda é uma das maiores do mundo,¹² necessariamente, qualquer processo de crescimento econômico deve ser pensado de uma maneira que venha acompanhado de uma redução na desigualdade de renda.¹³

A metodologia usada neste artigo analisa o crescimento econômico do ponto de vista qualitativo (qualidade do crescimento da renda *per capita*), em outras palavras, verifica-se quanto os pobres se beneficiam em relação ao crescimento da renda *per capita*. Com essa análise será possível observar em que medida o crescimento econômico dos estados e municípios brasileiros tem se revelado um mecanismo

10. Existem duas definições diferentes de crescimento pró-pobre na literatura recente e nas discussões de políticas públicas (RAVALLION, 2004). Uma segunda definição considera crescimento pró-pobre aquele crescimento que reduz a pobreza (RAVALLION; CHEN, 2003). Essa definição não considera a questão da distribuição de renda diretamente. Neste artigo não é abordada a última definição.

11. Para uma discussão mais detalhada ver Ravallion (2004) e Lopez (2004).

12. Por exemplo, em 2003, o Brasil foi o oitavo (pior) país em desigualdade de renda (índice de Gini foi de 0,6), atrás apenas da latino-americana Guatemala e dos africanos Suazilândia, República Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia, segundo o coeficiente de Gini, parâmetro internacionalmente usado para medir a concentração de renda.

13. De fato, as evidências mostram que, para países com uma alta desigualdade de renda, o crescimento econômico é um instrumento fraco contra a pobreza, a menos que esse crescimento venha acompanhado de uma diminuição da desigualdade de renda (RAVALLION, 2004).

relativamente eficaz de combate à pobreza dessas regiões. Uma maneira de se estudar essa questão é avaliar o crescimento da renda domiciliar *per capita* dos mais pobres em relação ao crescimento da renda média de toda população. Caso o crescimento da renda *per capita* dos pobres for maior que o da renda *per capita* média, tem-se um crescimento econômico pró-pobre, ou seja, um tipo de crescimento que está relacionado à diminuição da desigualdade (KAKWANI; PERNIA, 2000; SON, 2004). Assim, para o período 1991-2000, uma das questões deste trabalho é: o crescimento econômico das capitais dos estados brasileiros tem sido pró-pobre? Para responder a essa pergunta traçou-se a curva de crescimento-pobreza de Son (SON, 2004) para cada uma das 27 capitais estaduais. Essa curva mostra como o crescimento da renda *per capita* dos mais pobres tem se comportado em relação ao crescimento da renda média *per capita*.

Como bem salienta Son (2004), a performance de crescimento econômico difere entre regiões. Algumas regiões têm experimentado uma taxa de crescimento maior que outras. Do mesmo modo, as evidências mostram que, entre regiões, pode existir uma grande variação na redução da pobreza dada uma mesma taxa de crescimento econômico. Isso sugere que o crescimento em algumas regiões é mais pró-pobre do que em outras. Adota-se, assim, a metodologia proposta por Son (2004), que vincula os diferentes possíveis impactos do crescimento econômico sobre os pobres a diferentes comportamentos da Curva de Lorenz, necessária, por exemplo, para a determinação do índice de desigualdade de Gini.

Suponha que $L(p)$ é a Curva de Lorenz, que descreve a participação na renda dos indivíduos situados entre os $p\%$, definida como:

$$L(p) = \frac{1}{\mu} \int_0^x yf(y) dy \quad (1)$$

em que

$$p = \int_0^x f(y) dy, \quad (2)$$

y é a renda domiciliar *per capita*, $f(y)$ sua função densidade e μ é a renda média dessa distribuição.¹⁴

Segundo Kakwani e Pernia (2000), o crescimento econômico pode ser chamado de pró-pobre se os pobres se beneficiam do crescimento proporcionalmente mais do que os não-pobres. Nesse cenário, a desigualdade de renda é simultaneamente declinante durante o processo de crescimento. Uma mudança na Curva de Lorenz indica se a desigualdade é crescente ou decrescente com o crescimento econômico. Assim, o crescimento é claramente pró-pobre se toda a Curva de Lorenz se desloca para cima, $\Delta L(p) \geq 0$ para todo p .

14. A Curva de Lorenz satisfaz as seguintes propriedades (KAKWANI, 1980): i) $L(p) = 0$ quando $p = 0$; ii) $L(p) = 100$ quando $p = 100$; iii) $dL(p)/dp = y/\mu > 0$ e $d^2L(p)/dp^2 = 1/\mu f(y) > 0$; e iv) $L(p) < p$ para todo o intervalo $0 < p < 100$. Quando $L(p) = p$, tem-se uma perfeita distribuição de renda.

Assim, a partir do teorema de Atkinson (1987), que permite associar deslocamentos para cima da Curva de Lorenz (elevações de $L(p)$ para todo p), a diminuição de pobreza (SON, 2004) propõe a elaboração de uma curva de crescimento-pobreza que permite determinar a qualidade do crescimento (pró-pobre, não pró-pobre ou empobrecedor) a partir da avaliação do crescimento da renda de cada p por cento mais pobres da população, em que $p = 0, \dots, 100$.

Segundo Son (2004), quando toda a Curva de Lorenz se desloca para cima (baixo) pode-se afirmar, sem ambigüidade, que a pobreza diminuiu (aumentou). Esse resultado é válido para toda a classe de medidas de pobreza e todas as linhas de pobreza. Essa conclusão servirá de base para a curva de crescimento-pobreza.

Da definição da Curva de Lorenz, pode-se escrever:

$$L(p) = \frac{\mu_p p}{\mu} \quad (3)$$

que expressa a participação na renda dos $p\%$ mais pobres, em que μ_p é a média da renda dos indivíduos $p\%$ mais pobres da população. Operando-se com os logaritmos de ambos os lados, a equação (3) torna-se:

$$\text{Ln}(\mu_p) = \text{Ln}(\mu L(p)) - \text{Ln}(p) \quad (4)$$

A partir da diferença entre dois pontos no tempo da equação (4), tem-se:

$$g(p) = \Delta \text{Ln}(\mu L(p)) \quad (5)$$

em que $g(p) = \Delta \text{Ln}(\mu_p)$ é a taxa de crescimento da renda média dos $p\%$ mais pobres da população quando os indivíduos são ordenados em ordem crescente de renda *per capita*. $g(p)$ varia com p indo de 0 a 100 e pode ser chamado de curva de crescimento-pobreza. É importante notar que $g(p)$ não mede o crescimento da renda média do decil p , mas o crescimento da renda média *até* o decil p .¹⁵ A partir do teorema de Atkinson e da equação (5), pode-se afirmar que se $g(p) > 0$ ($g(p) < 0$) para todo p , então a pobreza diminuiu (aumentou), sem ambigüidade, entre dois períodos.

A equação (5) pode também ser escrita como sendo:

$$g(p) = g + \Delta \text{Ln}(L(p)) \quad (6)$$

e

$$g = \Delta \text{Ln}(\mu)$$

em que g é a taxa de crescimento da renda média *per capita* de toda a sociedade. Observe que quando $p = 100$, $g(p) = g$, visto que $\Delta L(p) = 0$ em $p = 100$.

15. Por exemplo, a renda média até o segundo decil é a média das rendas do primeiro e segundo decis. Seguindo o raciocínio, a renda média até o décimo decil é a renda média da população.

A partir da equação (6), segue que:

- 1) Se $g(p) > g$ para todo $p < 100$, então o crescimento é pró-pobre visto que toda a Curva de Lorenz desloca-se para cima ($L(p) > 0$ para todo p).
- 2) Se $0 < g(p) < g$ para todo $p < 100$, então o crescimento reduz a pobreza, mas é acompanhado por um aumento da desigualdade ($L(p) < 0$ para todo p). Em outras palavras, o crescimento reduz a pobreza mas os pobres recebem proporcionalmente menos benefícios do que os não-pobres, situação esta em que o crescimento seria não pró-pobre.
- 3) Se $g(p) < 0$ para todo $p < 100$ e $g > 0$, então tem-se um crescimento empobrecedor, em que um crescimento econômico positivo aumenta a pobreza.
- 4) Os demais casos são considerados inconclusivos.

Para os resultados discutidos na próxima seção é importante destacar que os casos inconclusivos incluem três situações distintas (SILVEIRA NETO, 2005) e serão classificados da seguinte maneira:

- a) A primeira situação engloba ocasiões em que o crescimento da renda dos $p\%$ mais pobres, com $p = 1, \dots, 40$, é maior que aquele verificado para renda média de toda a população (em que $p = 100$), mas para ao menos algum p intervalo $40 < p < 100$ o crescimento da renda média é menor que aquele observado para renda média de toda a população. Os municípios com esse padrão de crescimento econômico também serão considerados como apresentando um crescimento pró-pobre e virão assinalados com *.
- b) A segunda situação engloba situações em que o crescimento da renda dos $p\%$ mais pobres, com $p = 1, \dots, 40$, é menor que aquele verificado para renda média para $p = 100$, mas para ao menos algum p intervalo $40 < p < 100$ o crescimento da renda média é maior que aquele observado para renda média de toda a população. Os municípios com esse padrão de crescimento econômico também serão considerados como apresentando um crescimento não pró-pobre e virão assinalados com *.
- c) Uma terceira possibilidade verificada neste artigo mostra um crescimento negativo da renda dos $p\%$ mais pobres, com $p = 1, \dots, 40$, mas um crescimento positivo da renda média da população. Caso este que se chamará crescimento empobrecedor, assinalado com *, visto que um crescimento positivo da renda *per capita* média aumenta a pobreza de pelo menos uma parcela da população (até os 40% mais pobres).

A curva de crescimento-pobreza pode ser estimada a partir dos dados de renda média por decil (ou quintil) de renda para quaisquer dois períodos. Assim, basta calcular a taxa de variação da renda de cada decil entre dois períodos base e

plotar contra os decis de renda, como é feito para a Curva de Lorenz. Nesse caso, a taxa de variação do último decil equivale à taxa de crescimento da renda média no período. Se a linha tem inclinação negativa, isso significa que os decis de renda menores cresceram acima da renda média e, conseqüentemente, os pobres cresceram as suas rendas a taxas maiores do que os ricos ou do que os decis de renda mais elevados. Isso significa que se pode concluir, nesses casos, que a pobreza tem diminuído no período analisado.

4 EVIDÊNCIAS DO CRESCIMENTO PRÓ-POBRE PARA OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Na tabela 4 são apresentados os resultados para as 26 capitais dos estados do Brasil e para o Distrito Federal (denotado por Brasília). Em seguida, os resultados são traçados em diversos gráficos (gráfico 3 até gráfico 7) a fim de ilustrar e analisar com mais pormenores a classe de crescimento das unidades. O objetivo precípua desta seção é fornecer evidências em relação à qualidade do crescimento econômico do sistema urbano do Brasil, representado no presente trabalho pelas capitais do Brasil.

TABELA 4

Taxa de crescimento anual da renda *per capita* dos *p%* mais pobres e classificação das capitais estaduais de acordo com a qualidade do crescimento econômico (1991-2000)

	Capitais estaduais	Taxa de crescimento da renda <i>per capita</i> dos <i>p%</i> mais pobres (ao ano)					Qualidade de crescimento
		20%	40%	60%	80%	100%	
Norte	Belém	-1,69%	-0,42%	-0,03%	0,26%	1,63%	Empobrecedor*
	Boa Vista	0,76%	0,17%	0,00%	0,10%	0,30%	Inconclusivo
	Macapá	-4,73%	-2,64%	-1,61%	-0,72%	0,92%	Empobrecedor
	Manaus	-7,45%	-4,49%	-3,51%	-2,68%	-0,60%	Inconclusivo
	Palmas	1,15%	3,39%	4,24%	4,65%	4,77%	Não pró-pobre
	Porto Velho	-2,09%	-0,43%	0,37%	1,24%	2,36%	Empobrecedor*
	Rio Branco	-0,16%	0,88%	1,26%	1,40%	2,07%	Inconclusivo
Nordeste	Aracaju	0,08%	1,47%	2,07%	2,61%	3,26%	Não pró-pobre
	Fortaleza	0,65%	2,03%	2,38%	2,62%	2,92%	Não pró-pobre
	João Pessoa	2,14%	2,78%	3,07%	3,34%	3,35%	Não pró-pobre
	Maceió	-3,15%	-0,85%	-0,12%	0,42%	2,22%	Empobrecedor*
	Natal	-0,09%	1,15%	1,64%	1,95%	3,14%	Inconclusivo
	Recife	1,35%	2,32%	2,39%	2,50%	2,87%	Não pró-pobre
	Salvador	-0,04%	1,31%	1,55%	1,61%	1,84%	Inconclusivo
	São Luís	0,32%	1,04%	1,27%	1,68%	3,18%	Não pró-pobre
Teresina	2,08%	2,94%	3,19%	3,18%	3,85%	Não pró-pobre	
Sudeste	Belo Horizonte	1,94%	2,53%	2,72%	2,89%	3,28%	Não pró-pobre
	Rio de Janeiro	1,24%	2,14%	2,48%	2,75%	3,01%	Não pró-pobre
	São Paulo	-2,91%	-1,52%	-0,83%	-0,10%	1,43%	Empobrecedor
	Vitória	1,52%	2,43%	3,12%	3,76%	4,36%	Não pró-pobre
Sul	Curitiba	0,48%	1,30%	1,86%	2,40%	3,53%	Não pró-pobre
	Florianópolis	2,88%	3,29%	3,46%	3,79%	4,24%	Não pró-pobre
	Porto Alegre	-0,01%	1,00%	1,59%	2,26%	3,35%	Inconclusivo
Centro-Oeste	Brasília	-0,26%	0,72%	1,46%	2,01%	2,76%	Inconclusivo
	Campo Grande	-0,60%	0,52%	1,02%	1,44%	2,22%	Inconclusivo
	Cuiabá	1,20%	1,92%	2,23%	2,49%	3,91%	Não pró-pobre
	Goiânia	1,55%	2,22%	2,52%	2,84%	3,86%	Não pró-pobre

Elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Obs.: * Ver conceito na seção 3.

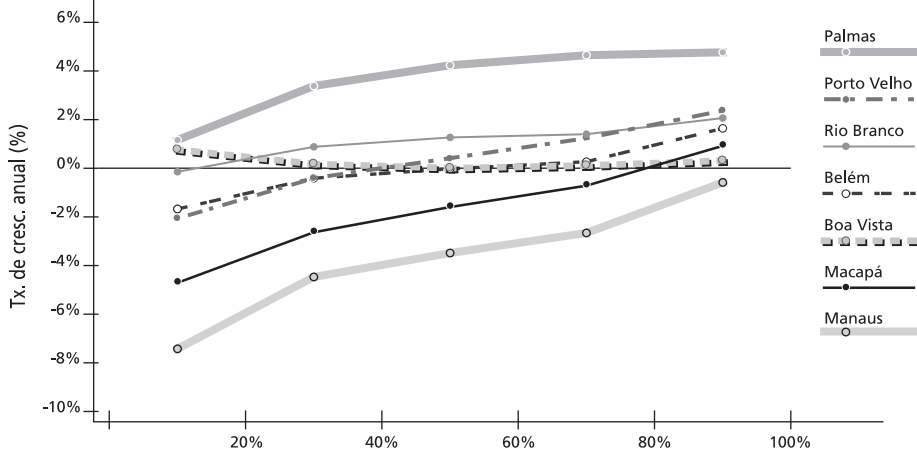
No que concerne à tabela 4, é possível observar que nenhuma capital estadual apresentou crescimento pró-pobre pela definição de Son (2004). Em outras palavras, nenhuma capital apresentou taxa de crescimento da renda *per capita* média de todos os $p\%$ mais pobre, com $p < 100$ (ou $p < 40$, segundo um conceito menos estrito), maior que aquela verificada para a renda *per capita* média de toda a população ($p = 100$). A mesma tabela mostra a distribuição espacial, por macrorregião, de acordo com a qualidade do crescimento econômico. A região Norte é a região que apresenta o maior número (tanto em termos relativos quanto em termos absolutos) de capitais estaduais com crescimento do tipo empobrecedor. Por outro lado, a região Sudeste apresentou o maior número (em termos relativos) de capitais estaduais classificadas como crescimento não pró-pobre.

O gráfico 3 apresenta as curvas de crescimento-pobreza para as sete capitais dos estados da região Norte. Averigua-se que três capitais (Belém, Macapá e Porto Velho) apresentaram um crescimento do tipo empobrecedor, *i.e.*, houve um crescimento negativo da renda *per capita* das camadas menos abastadas da população, ao mesmo tempo em que houve um crescimento positivo da renda *per capita* média das localidades. Palmas (TO) apresentou um crescimento classificado com não pró-pobre: a taxa de crescimento de todos os quintis foi positiva e a taxa de crescimento da renda dos $p\%$ mais pobres, $p < 100$, foi sempre menor que aquela de toda a população. A tabela 4 explicita os valores observados no gráfico 3. Por exemplo, em relação à Palmas, a taxa de crescimento anual da renda *per capita* dos 20%, 40%, 60% e 80% mais pobres foi de 1,15%, 3,39%, 4,24% e 4,65%, respectivamente, sempre abaixo da taxa de crescimento da renda *per capita* de toda população, que foi de 4,77%. Conclui-se, portanto, que os mais pobres se beneficiaram relativamente menos em relação ao crescimento econômico. Já as outras três capitais da região Norte (Boa Vista, Manaus e Rio Branco) apresentaram resultados inconclusivos.

O gráfico 4 mostra o perfil de crescimento das capitais dos estados que compõem a região Nordeste. A maioria das capitais (seis das nove) apresentou um tipo de crescimento não pró-pobre. Em outras palavras, na região que inclui 50% dos pobres do país, grande parte das capitais apresentou um tipo de crescimento em que o aumento renda *per capita* média ocorreu em maior magnitude *vis-à-vis* o crescimento da renda *per capita* dos mais pobres. Tal tipo de crescimento é caracterizado por uma elevação da desigualdade de renda. As capitais que obtiveram um crescimento não pró-pobre foram Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Recife, São Luís e Teresina. Maceió foi a única capital estadual da região a apresentar crescimento do tipo empobrecedor. As outras três capitais da região apresentaram crescimento considerado como inconclusivo.

GRÁFICO 3

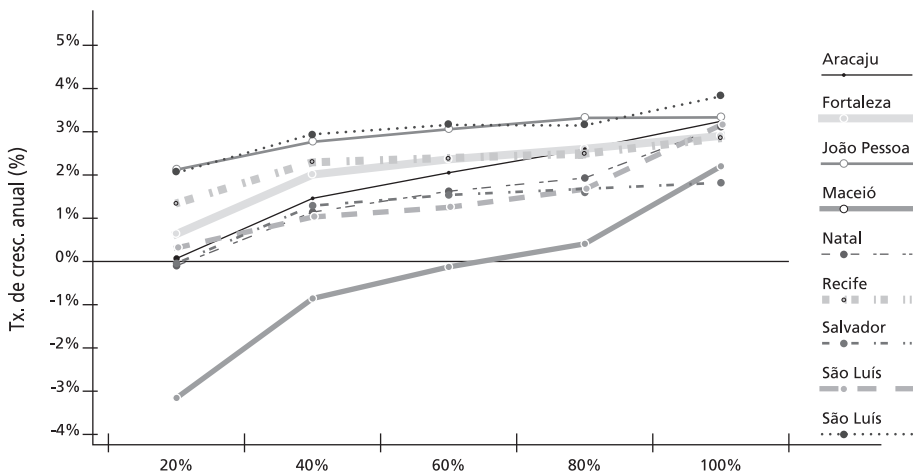
Taxa de crescimento anual da renda *per capita* por quintis de pobres (1991-2000) – capitais dos estados da região Norte



Elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

GRÁFICO 4

Taxa de crescimento anual da renda *per capita* por quintis de pobres (1991-2000) – capitais dos estados da região Nordeste



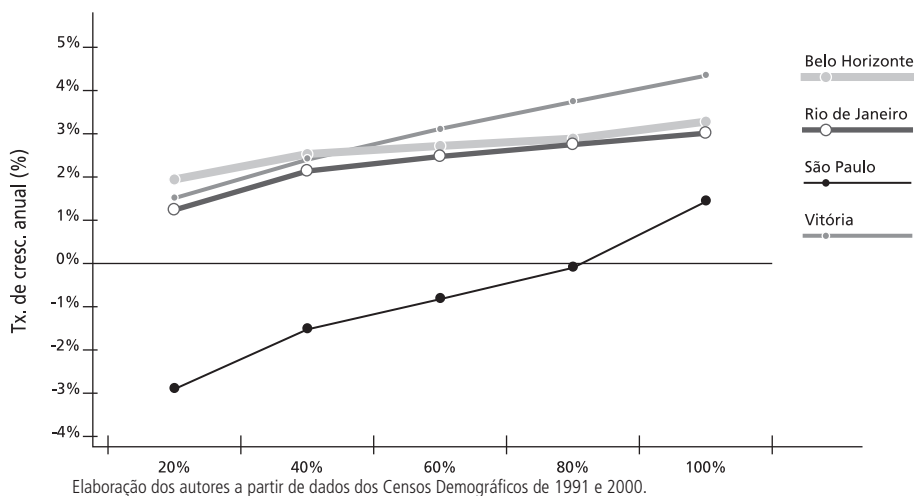
Elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Das quatro capitais da região Sudeste, três apresentaram um crescimento econômico do tipo não pró-pobre (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória), em que o crescimento econômico acontece concomitantemente a um aumento da desigualdade de renda. O gráfico 5 ilustra a assertiva anterior. São Paulo apresenta, de acordo com os critérios e classificações adotadas no artigo, um crescimento

considerado empobrecedor. Na referida capital, o crescimento da renda *per capita* domiciliar até o percentil 80 foi negativo. Ademais, vale frisar que o crescimento da renda *per capita* média da capital foi positivo, em uma magnitude de cerca de 1,5%. Os dados apontados pela tabela 4 mostram que, em São Paulo, a distribuição do crescimento por camada da população deu-se da seguinte forma: a taxa de crescimento anual da renda *per capita* dos 20%, 40%, 60% e 80% mais pobres foi de -2,91%, -1,52%, -0,83 e -0,10%, respectivamente, sempre abaixo do crescimento positivo da renda *per capita* de toda população, que foi de cerca 1,5%. Em São Paulo, houve, da mesma forma, um crescimento econômico com uma piora na distribuição de renda. A diferença *vis-à-vis* às outras capitais da região Sudeste reside no fato de o crescimento dos *p*% mais pobres (até 80%) ter sido de valor negativo.

GRÁFICO 5

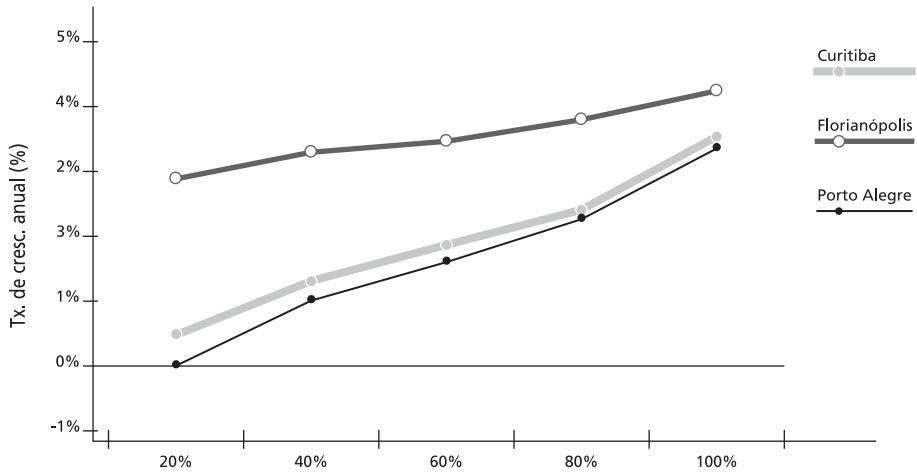
Taxa de crescimento anual da renda *per capita* por quintis de pobres (1991-2000) – capitais dos estados da região Sudeste



No gráfico 6, a região Sul apresenta duas capitais com crescimento não pró-pobre (Curitiba e Florianópolis). Em tais localidades, o crescimento da renda *per capita* das *p*% parcelas mais pobres da população foi sempre menor do que o crescimento da renda domiciliar *per capita* média. Em outras palavras, nessas duas capitais estaduais o crescimento econômico foi acompanhado por um aumento da desigualdade de renda. O crescimento da renda *per capita* média de Curitiba e Florianópolis foi 3,5% e 4,3%, respectivamente. Porto Alegre apresentou um crescimento do tipo inconclusivo. Isso aconteceu graças ao crescimento negativo dos 20% mais pobres da última capital (-0,01%). Caso esse crescimento fosse positivo e menor que o crescimento médio da renda *per capita* (cujo valor foi 3,35%), o crescimento econômico de Porto Alegre seria considerado não pró-pobre.

GRÁFICO 6

Taxa de crescimento anual da renda *per capita* por quintis de pobres (1991-2000) – capitais dos estados da região Sul



Elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Por fim, apresentam-se os perfis de crescimento da renda *per capita* das capitais dos estados da região Centro-Oeste, no gráfico 7. Cuiabá e Goiânia tiveram um crescimento do tipo não pró-pobre. Como frisado anteriormente, o crescimento da categoria não pró-pobre é caracterizado por um crescimento econômico em todas as faixas de renda, ao mesmo tempo em que há um aumento na desigualdade de renda. Brasília e Campo Grande apresentaram um crescimento classificado como inconclusivo. Novamente, caso o crescimento dos 20% mais pobres de Brasília e de Campo Grande fosse positivo e menor que o crescimento médio da renda *per capita* (cujos valores foram 2,8% e 2,2%, respectivamente), o crescimento econômico das duas capitais seria considerado não pró-pobre.

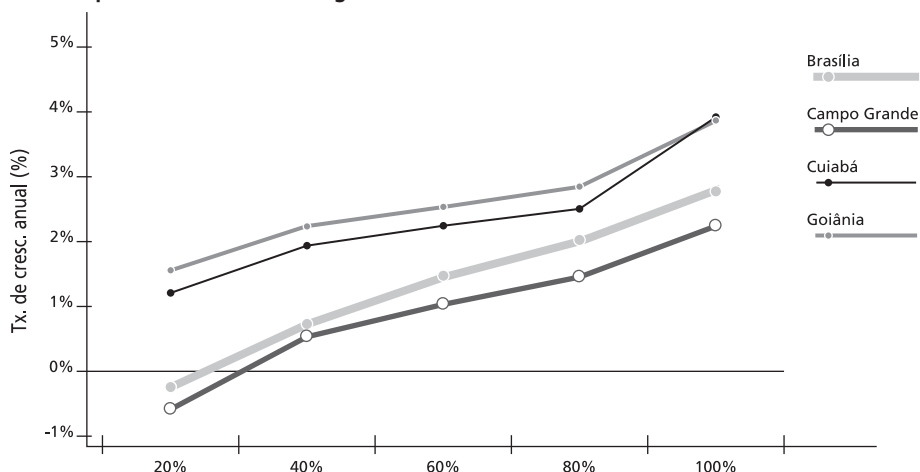
Como já observado em seções anteriores, a evolução da pobreza apresenta variações em diferentes regiões. Da mesma forma, a qualidade do crescimento econômico pode variar dentro de uma determinada região. No intuito de evidenciar essas diferenças para o universo de análise do trabalho, as capitais estaduais do Brasil, a tabela 5 apresenta tabulações dos resultados quanto à qualidade do crescimento da renda *per capita* para as capitais dos estados. Precisamente, a tabela 5 é uma releitura da tabela 4, apresentada no início da seção, adicionada com novas informações.

Primeiramente, de acordo com a tabela 5, pode-se perceber que catorze municípios apresentaram crescimento não pró-pobre, ou cerca de 52% das capitais estaduais do Brasil. Em cinco capitais o crescimento foi empobrecedor (7,4% do total) e em oito o crescimento foi inconclusivo (aproximadamente 30% do total).

No que concerne à proporção de pobres, os resultados apontam que grande parte dos pobres e da população das capitais do Brasil está localizada em regiões com crescimento econômico do tipo não pró-pobre. Os resultados mostram que 45,8% dos pobres e 45,1% da população total das capitais estaduais estão localizados em regiões com crescimento não pró-pobre. As capitais com crescimento econômico empobrecedor concentram 26,9% dos pobres e 32,5% da população das capitais estaduais. Por fim, as capitais dos estados com crescimento classificado como inconclusivo detêm 27,4% dos pobres e 22,5% da população.

GRÁFICO 7

Taxa de crescimento anual da renda *per capita* por quintis de pobres (1991-2000) – capitais dos estados da região Centro-Oeste



Elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

TABELA 5

Proporção de capitais, de pobres e da população de acordo com a qualidade do crescimento econômico (1991-2000)

Qualidade de crescimento	Número de capitais	Proporção de capitais	Proporção de pobres	Proporção da população
Pró-pobre	0	-	-	-
Não pró-pobre	14	51,85%	45,76%	45,08%
Empobrecedor	5	7,41%	26,87%	32,45%
Inconclusivo	8	29,63%	27,37%	22,47%
Total	27	100%	100%	100%

Elaboração dos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Vistos em conjunto, os resultados apresentados nessa seção indicam a existência de diferentes padrões de crescimento ao longo do território brasileiro. Sem embargo, o crescimento econômico com aumento da desigualdade de renda, ocorrido nas capitais estaduais que tiveram tanto o crescimento do tipo não pró-pobre quanto do tipo empobrecedor (19 das 27), foi fator preponderante.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho estudou o perfil de crescimento econômico do sistema urbano brasileiro, representado nesse caso pelas capitais do Brasil. Por perfil de crescimento, entende-se o quanto o crescimento econômico favoreceu o crescimento de renda da parcela menos abastada da população. Nesse sentido, no período de 1991 a 2000, analisou-se a relação entre crescimento econômico, desigualdade de renda e pobreza do ponto de vista qualitativo (qualidade do crescimento da renda *per capita*). Em outras palavras, buscou-se analisar em que medida o crescimento econômico das capitais estaduais tem beneficiado os mais pobres.

Inicialmente, este estudo mostrou os diferenciais nas taxas de crescimento econômico, a desigualdade de renda e a evolução da pobreza das regiões brasileiras e das capitais estaduais no período 1991-2000. Os resultados mostraram a diversidade do território brasileiro. Pode-se verificar, por exemplo, a sobre-representação da região Nordeste (de suas capitais estaduais) no total de pobres do Brasil. Região essa que, em 2000, tinha 28,1% da população brasileira e cerca de 48,5% dos pobres do Brasil. Outro fato digno de nota é a evolução da desigualdade de renda nas capitais estaduais em que se pode observar, em todas as capitais, elevações na desigualdade de renda entre 1991 e 2000.

Em seguida, foi analisada a qualidade do crescimento econômico das 27 capitais dos estados brasileiros. Verificou-se que catorze municípios apresentaram crescimento não pró-pobre, ou cerca de 52% das capitais estaduais do Brasil. O crescimento não pró-pobre é caracterizado por uma taxa de crescimento da renda *per capita* dos mais pobres sempre abaixo da taxa de crescimento da renda *per capita* de toda população. Conclui-se, nesse caso, que os mais pobres se beneficiaram relativamente menos em relação ao crescimento econômico, visto que nessas capitais estaduais o crescimento econômico foi acompanhado por um aumento da desigualdade de renda. Em cinco capitais o crescimento foi empobrecedor (7,4% do total), isto é, a renda *per capita* dos mais pobres decresceu no período analisado enquanto que a renda média da população cresceu. Dessa maneira, o crescimento econômico positivo aumentou a pobreza. Por sua vez, em oito capitais o crescimento foi inconclusivo (aproximadamente 30% do total).

Por fim, os resultados apontam que grande parte dos pobres e da população das capitais do Brasil está localizada em regiões com crescimento econômico do tipo não pró-pobre. Os resultados mostram que 45,8% dos pobres e 45,1% da população total das capitais estaduais estão localizados em regiões com crescimento não pró-pobre. As capitais com crescimento econômico empobrecedor concentram 26,9% dos pobres e 32,5% da população das capitais estaduais. Já as capitais estaduais com crescimento classificado como inconclusivo detêm 27,4% dos pobres e 22,5% da população. De maneira geral, os resultados apresentados

neste trabalho indicam a existência de diferentes padrões de crescimento ao longo do território brasileiro. Entretanto, entre 1991 e 2000, observou-se, de maneira preponderante, um crescimento econômico com aumento da desigualdade de renda nas capitais estaduais que tiveram tanto o crescimento do tipo não pró-pobre quanto do tipo empobrecedor. É válido frisar que nenhuma capital estadual apresentou um padrão de crescimento pró-pobre, em que o crescimento da renda *per capita* acontece concomitantemente a uma diminuição da desigualdade de renda.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, A. B. On the measurement of poverty. *Econometrica*, n. 55, p. 749-764, 1987.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, p. 21-47, 2000.
- DA MATA, D. *et al.* *Examining the growth patterns of Brazilian cities*. World Bank, 2005 (Policy Research Working Paper, n. 3.724).
- DOLLAR, D.; KRAAY, D. Growth is good for the poor. *Journal of Economic Growth*, v. 7, n. 3, p. 195-225, 2002.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília, 2002.
- LOPEZ, J. H. *Pro-poor growth: a review of what we know (and of what we don't)*. World Bank's PREM Poverty Group, 2004.
- KAKWANI, N. *Income inequality and poverty: methods of estimation and policy applications*. New York: Oxford University. Press, 1980.
- KAKWANI, N.; PERNIA, E. What is pro-poor growth. *Asian Development Review*, v. 16, n. 1, p. 1-22, 2000.
- RAVALLION, M. Growth, inequality and poverty: looking beyond averages. *World Development*, v. 29, n. 11, p. 1.803-1.815, 2001.
- _____. *Pro-poor growth: a primer*. World Bank, 2004 (Policy Research Working Papers, n. 3.242).
- RAVALLION, M.; CHEN, S. What can new survey data tell us about recent changes in distribution and poverty? *World Bank Economic Review*, v. 11, n. 2, p. 357-382, 1997.
- _____. Measuring pro-poor growth. *Economic Letters*, n. 78, p. 93-99, 2003.
- ROCHA, S. *Tendência evolutiva e características da pobreza no Rio de Janeiro*. Ipea, 1995 (Texto para Discussão, n. 536).

_____. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 34, n. 1, p. 7-41, 2003.

_____. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SILVEIRA NETO, R. M. Quão pró-pobre tem sido o crescimento econômico no Nordeste? Evidências para o período 1991-2000. *Anais da Anpec Nordeste 2005*, Fortaleza-CE, 2005.

SON, H. H. A note on pro-poor growth. *Economic Letters*, n. 82, p. 307-314, 2004.

WHITE, H.; ANDERSON, A. *Growth vs redistribution: does the pattern of growth matter?* DFID white paper on eliminating world poverty: making globalization work for the poor, 2000.

UNITED NATIONS. *World urbanization prospect*. New York: United Nations, 2003.

